

MINAS GERAIS - CADERNO 1

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, EM DATA DE ONTEM:

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **CLEITON MAGNAGO BATISTA**, para o cargo de provimento em comissão DAD-8 EG1100115, de recrutamento amplo, para dirigir a Diretoria de Relações Institucionais da Secretaria de Estado de Governo.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL E DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

no exercício da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso V, alínea “a”, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, e tendo em vista o disposto nos artigos 64 e 65 da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, bem como o que consta do Processo Administrativo de Revisão de Aposentadoria nº 005, de 03 de outubro de 2016, adota os fundamentos apresentados na Nota Jurídica nº 1.380 da Advocacia Geral do Estado e retifica o ato concessivo de aposentadoria de MARIA ELVINA GONÇALVES MACHADO, Masp 1300278-7, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 14 de março de 2012, que passa a ter a seguinte redação: “[...] Fixa os proventos da aposentadoria em 25/30 de 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao vencimento relativo ao código JNR-2, hoje equivalente ao DAD-6, acrescido de 50% (cinquenta por cento) sobre este valor, resultante da aplicação do art. 32 da Lei nº 11.660, de 2 de dezembro de 1994, por tempo de serviço, c/c art. 24 da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, c/c Lei Estadual nº 18.802, de 31 de março de 2010. Remeta-se o processo ao Tribunal de Contas para exame e homologação.

no exercício da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso V, alínea “a”, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, e tendo em vista o disposto nos artigos 64 e 65 da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, acolhe os fundamentos apresentados na Nota Jurídica nº 1525 da Advocacia Geral do Estado/NAJ para cumprir à decisão judicial transitada em julgado proferida no processo nº 6514661.42.2002.8.13.0024, restabelecendo os proventos de aposentadoria de DURCELINA REZENDE DA SILVEIRA no valor correspondente ao vencimento relativo ao código JNR-4, hoje equivalente ao DAD-1, acrescidos de 70% a título de adicionais por tempo de serviço, resultante da aplicação do art. 32 da Lei nº 11.660, de 2 de dezembro de 1994, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.153, de 21 de maio de 1996, com o art. 24 da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, e com a Lei nº 18.802, de 31 de março de 2010.

no exercício da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso V, alínea “a”, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, com redação dada pelo Decreto nº 45.765, de 04 de novembro de 2011, aposenta a partir da publicação deste ato, com proventos integrais, GERALDO TÁDEU VIANA, em decorrência do exercício da função de Oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais com Atribuição Notarial do Distrito de Doutor Lund, Comarca de Pedro Leopoldo, de entrada intermediária, com fulcro no artigo 3º, § 3º, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1994, c/c art. 40, inciso III, alínea “a”, da CR/1988, em sua redação original e art.1º e art. 2º, do Decreto nº 45.172, de 14 de setembro de 2009. FIXA, os proventos de aposentadoria no valor correspondente ao vencimento relativo ao código JNR-3, hoje equivalente ao DAD-4, acrescido de 80% (oitenta por cento) sobre este valor, a título de adicionais por tempo de serviço, resultante da aplicação do art. 32 da Lei nº 11.660, de 02 de dezembro de 1994, c/c art. 12 da Lei nº 12.153, de 21 de maio de 1996, c/c art.24 da Lei Delegada nº 174 de 26 de janeiro de 2007, c/c Lei nº 18.802, de 31 de março de 2010.

no exercício da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso V, alínea “a”, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, com redação dada pelo Decreto nº 45.765, de 04 de novembro de 2011, aposenta a partir da publicação deste ato, com proventos proporcionais, DOLORES OGANDO VIANA, em decorrência do exercício da função de Escrevente Juramentada Substituída do Registro Civil das Pessoas Naturais com Atribuição Notarial do Distrito de Doutor Lund, Comarca de Pedro Leopoldo, de entrada intermediária, com fulcro no artigo 3º, § 3º, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1994, c/c art. 40, inciso III, alínea “a”, da CR/1988, em sua redação original e art.1º e art. 2º, do Decreto nº 45.172, de 14 de setembro de 2009. FIXA, os proventos de aposentadoria em 27/30 de 50% do valor correspondente ao vencimento relativo ao código JNR-3, hoje equivalente ao DAD-4, acrescido de 50% (cinquenta por cento) sobre este valor, a título de adicionais por tempo de serviço, resultante da aplicação do art. 32 da Lei nº 11.660, de 02 de dezembro de 1994, c/c art. 12 da Lei nº 12.153, de 21 de maio de 1996, c/c art.24 da Lei Delegada nº 174 de 26 de janeiro de 2007, c/c Lei nº 18.802, de 31 de março de 2010.

no exercício da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso V, alínea “a”, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, e tendo em vista o disposto nos artigos 64 e 65 da Lei nº 14.184 de 31 de janeiro de 2002, acolhe os fundamentos apresentados na Nota Jurídica nº 60/2015 da Advocacia Geral do Estado/SECCRI para cumprir à decisão judicial transitada em jugado proferida no processo nº 6514661.42.2002.8.13.0024, restabelecendo os proventos de aposentadoria de AGENOR GOMES NETO no valor correspondente ao vencimento relativo ao código JNR-4, hoje equivalente ao DAD-1, acrescidos de 80% a título de adicionais por tempo de serviço, resultante da aplicação do art. 32 da Lei nº 11.660 de 2 de dezembro de 1994, combinado com o art.12 da Lei nº 12.153 de 21 de maio de 1996, com o art. 24 da Lei Delegada nº 174 de 26 de janeiro de 2007, e com a Lei nº 18.802 de 31 de março de 2010.

PELA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

usando da competência delegada pelo art. 1º, VIII, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **revoga** o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, a **NILDA MOREIRA PINTO**, MASP 323296-4, a gratificação temporária estratégica GTED-1 AE1100355 da Advocacia-Geral do Estado.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **NILDA MOREIRA PINTO**, MASP 323296-4, do cargo de provimento em comissão DAD-6 AE1100907 da Advocacia-Geral do Estado.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **PATRICIA DA COSTA ARVELOS ROSA**, MASP 1308961-0, do cargo de provimento em comissão DAD-3 AE1101111 da Advocacia-Geral do Estado.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **LUISA MIRANDA SCALZO**, MASP 752.662-7, para o cargo de provimento em comissão DAD-3 AE1101111, de recrutamento limitado, para chefiar a Coordenação de Apoio Administrativo da Corregedoria da AGE da Advocacia-Geral do Estado.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **PATRICIA DA COSTA ARVELOS ROSA**, MASP 1308961-0, para o cargo de provimento em comissão DAD-6 AE1100907, de recrutamento limitado, para dirigir a Diretoria de Gestão de Documentos da Advocacia-Geral do Estado.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VIII, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, e considerando a justificativa publicada no órgão oficial de 30/11/2017, **atribui** a **PATRICIA DA COSTA ARVELOS ROSA**, MASP 1308961-0, diretora da Diretoria de Gestão de Documentos, a gratificação temporária estratégica GTED-1 AE1100355 da Advocacia-Geral do Estado.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

usando da competência delegada pelo art. 1º, VIII, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **revoga** o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, a **WANDERSON NEVES BRAGA**, MASP 1371793/9, a gratificação temporária estratégica GTED-1 PS1100178 da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VIII, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **revoga** o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, a **RAFAEL RODRIGUES DOS SANTOS**, MASP 1081485-3, a gratificação temporária estratégica GTED-2 PS1100062 da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VIII, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **revoga** o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, a **REGINALDO SANTOS EVARISTO**, MASP 377848-7, a gratificação temporária estratégica GTED-3 PS1100432 da Secretaria de Estado de Administração Prisional, a contar de 29/11/2017.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VIII, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **revoga** o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, a **LEONARDO CAETANO DA SILVA FELIX**, MASP 11052933, a gratificação temporária estratégica GTED-2 PS1100116 da Secretaria de Estado de Administração Prisional, a contar de 23/11/2017.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **RAFAEL RODRIGUES DOS SANTOS**, MASP 1081485-3, do cargo de provimento em comissão DAD-6 PS1100116 da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **WANDERSON NEVES BRAGA**, MASP 1371793/9, do cargo de provimento em comissão DAD-4 PS1100498 da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **JOSE FABIO PIAZZA JUNIOR**, MASP 1078090-6, do cargo de provimento em comissão DAD-7 PS1100036 da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **MOISÉS LOPES DE OLIVEIRA**, MASP 1080900-2, do cargo de provimento em comissão DAD-5 PS1100022 da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **RODOLFO CORRÊA BANDEIRA**, MASP 1134012-2, do cargo de provimento em comissão DAD-6 PS1100089 da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **LEONARDO CAETANO DA SILVA FELIX**, MASP 11052933, do cargo de provimento em comissão DAD-8 PS1100331 da Secretaria de Estado de Administração Prisional, a contar de 23/11/2017.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA SILVA**, MASP 1100245/8, do cargo de provimento em comissão DAD-4 PS1100502 da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **WELTON DONIZETI BENEDITO**, MASP 1211843/6, do cargo de provimento em comissão DAD-4 PS1100387 da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **REGINALDO SANTOS EVARISTO**, MASP 377848-7, do cargo de provimento em comissão DAD-7 PS1100318 da Secretaria de Estado de Administração Prisional, a contar de 29/11/2017.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **dispensa**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **RODRIGUES JUNQUEIRA COSTA**, MASP 1.220.793-2, do cargo de provimento em comissão DAD-4 PS1102485 da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VII, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **dispensa** **RODRIGO SILVA PIMENTEL**, MASP 1153707/3, da função gratificada FGD-3 PS1100071 da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **SÉRGIO DE ASSIS SOUZA**, MASP 1275241-6, para o cargo de provimento em comissão DAD-4 PS1102485, de recrutamento amplo, para dirigir a Diretoria Adjunta do Presídio de São Sebastião do Paraíso da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **RAMON DAMASCENO GOMES**, MASP 1103387-5, para o cargo de provimento em comissão DAD-4 PS1100036, de recrutamento amplo, para dirigir a Diretoria de Segurança do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional _ Betim da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **WELTON DONIZETI BENEDITO**, MASP 1211843-6, para o cargo de provimento em comissão DAD-6 PS1100089, de recrutamento amplo, para dirigir o Presídio de Varginha da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **RAMON DAMASCENO GOMES**, MASP 1103387-5, para o cargo de provimento em comissão DAD-4 PS1100502, de recrutamento limitado, para dirigir a Diretoria de Segurança da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **WELTON DONIZETI BENEDITO**, MASP 1211843-6, para o cargo de provimento em comissão DAD-6 PS1100089, de recrutamento amplo, para dirigir o Presídio de Varginha da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **CHILTON ANICETO DA SILVA**, MASP 1140990-1, para o cargo de provimento em comissão DAD-5 PS1100022, de recrutamento amplo, para dirigir a Diretoria de Segurança do Presídio de Caratinga da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **RODRIGO SILVA PIMENTEL**, MASP 1153707-3, para o cargo de provimento em comissão DAD-7 PS1100318, de recrutamento limitado, para dirigir a Diretoria de Segurança do Complexo Público Privado II da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **JOSÉ FABIO PIAZZA JUNIOR**, MASP 1078090-6, para o cargo de provimento em comissão DAD-8 PS1100331, de recrutamento amplo, para dirigir o Complexo Penal Parceria Público Privado da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA SILVA**, MASP 1100245-8, para o cargo de provimento em comissão DAD-6 PS1100116, de recrutamento amplo, para dirigir a Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **RODOLFO CORRÊA BANDEIRA**, MASP 1134012-2, para o cargo de provimento em comissão DAD-4 PS1100387, de recrutamento amplo, para dirigir a Diretoria Adjunta do Presídio de Varginha da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VII, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **designa**, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **ALLISON SÉRGIO RIBEIRO**, MASP 1379960-6, para a função gratificada FGD-3 PS1100071 da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

usando da competência delegada pelo art. 1º, VIII, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, e considerando a justificativa publicada no órgão oficial de 28/01/2017, **atribui** a **GILSON DE ASSIS SALES**, MASP 1202718-1, diretor da Superintendência de Apoio à Agroindústria, a gratificação temporária estratégica GTED-4 AG1100425 da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

retifica o ato de Nomeação de **GILSON DE ASSIS SALES**, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado em 28/01/2017: **onde se lê** “Superintendência de Interlocução e Agroindústria”, **leia-se** “Superintendência de Apoio à Agroindústria”.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **ANA LUIZA LOPES RETTORE**, MASP 13976345, do cargo de provimento em comissão DAD-5 DA1100268 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, a contar de 12/12/2017.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **CLAUDIO VIEIRA CASTRO**, para o cargo de provimento em comissão DAD-12 MD1100037, de recrutamento amplo, para chefiar a Subsecretaria de Fiscalização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

no uso de suas atribuições, **torna sem efeito** o ato publicado em 30/11/2017, pelo qual **MARA RUBIA DE CASTRO**, MASP 369.251-4, foi designada para a função gratificada FGD-5 ED1100684 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **dispensa** **DANIELA CRISTINA NARDY MOTTA**, MASP 550936-9, da função gratificada FGD-4 ED1100325 da Secretaria de Estado de Educação, a contar de 27/01/2017.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **dispensa** **EDNA IMACULADA INÁCIO DE OLIVEIRA**, MASP 344217-5, da função gratificada FGD-5 ED1100133 da Secretaria de Estado de Educação, a contar de 28/04/2016.

usando da competência delegada pelo art. 4º do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **autoriza**, nos termos do art. 76 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, a servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria de Estado de Educação, a afastar-se de suas atribuições, no período de 18/12/2017 a 22/12/2017, para participar da XV Jornada de Estudantes de Pós-Graduação em Humanidades, Artes, Ciências Sociais e Educação intitulada América Latina: pensar em tempos de crises, em Santiago do Chile/Chile, sem prejuízo do vencimento e vantagens do cargo, ficando vedado o pagamento de demais despesas vinculadas a mesma: **JACQUELINE DE SOUSA BATISTA FIGUEIREDO**, MASP 488325-2, ANEIVG/ADMISSAO I, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO POÇOS DE CALDAS.

18 1041599 - 1

Secretaria-Geral

Secretário-Geral: Eduardo Lucas Silva Serrano

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Diretor-Presidente: Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco
EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017, 28 de setembro de 2017.
CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS – CODEMIG

ERRATA 3

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Code-mig) e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), no uso de suas atribuições, COMUNICAM que foram efetuadas as seguintes alterações nos itens do Edital 01/2017, divulgado em 30 de setembro de 2017.

1. Excluir a redação do item 3.10.

TERÇA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2017 – 3

2. Alterar a redação do item 7.10.3, que passa a vigorar com a seguinte redação: “7.10.3. Será assegurada à candidata lactante a compensação do tempo efetivamente despendido para a amamentação quando da realização das provas.”

3. Alterar a redação do item 14.4 alínea “h”, que passa a vigorar com a seguinte redação: “14.4. h) comprovante de residência: conta de água, luz, telefone ou declaração expressa, firmada pelo próprio candidato ou por procurador bastante.”

4. Alterar a redação do item 14.4 alínea “n”, que passa a vigorar com a seguinte redação: “14.4. n) comprovante de registro no conselho de classe, quando se tratar de profissão regulamentada.”

5. Excluir a redação do item 14.4 alínea “o” e renumerá-lo.

Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital.

18 1041550 - 1

Secretaria de Estado de Governo

Secretário: Odair José da Cunha

Expediente

RESOLUÇÃO SEGOV Nº 656, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui Comissão de Avaliação Especial de Desempenho na Secretaria de Estado de Governo – SEGOV.